

Fazenda: só aumento de impostos evitará déficit fiscal

BRASÍLIA — Para fechar sem déficit os orçamentos fiscal e de seguridade social, é preciso um aumento de impostos e contribuições de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de US\$ 5,3 bilhões (NCZ\$ 14,8 bilhões ao câmbio oficial). A preços de maio, o pacote fiscal atinge uma receita bruta (excluindo transferências) de NCZ\$ 7,1 bilhões. O mercado financeiro foi surpreendido pelo pacote, que inclui o aumento da tributação sobre os fundos de curto prazo, que, a partir de 1990, recolheriam imposto com alíquotas dobradas.

No orçamento fiscal, informou o Secretário de Orçamento e Finanças do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, o aumento de impostos implica num ganho adicional de receita bruta de NCZ\$ 5 bilhões, que se reduz para NCZ\$ 3,5 bilhões líquidos (incluindo transferências para Estados e Municípios), a preços de maio.

Além disso, o Presidente Sarney assinará decreto até o final do ano com um sistema seletivo de cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A Receita Federal estuda um cronograma para elevar gradualmente a tributação sobre superfluos, como cigarros e bebidas.

Para evitar um déficit no orçamento de seguridade, depois de um longo acordo com o Congresso, o Governo enviará em setembro projetos de lei elevando as alíquotas da contribuição social sobre o lucro líquido das empresas e do Finsocial. As empresas em geral, incluindo as do setor exportador, pagarão em 1990, se o Congresso aprovar, a contribuição social com uma alíquota de 10% (atualmente, é de 8%). As instituições financeiras serão penalizadas, com a alíquota se elevando de 12% para 14%. Essa medida assegurará uma arrecadação adicional de NCZ\$

250 milhões. No caso do Finsocial, a alíquota passará de 1% para 1,2%, com um ganho de receita de NCZ\$ 1,2 bilhão. O Ministério da Fazenda informa que o Presidente José Sarney quer aproveitar os projetos de lei que já se encontram no Congresso.

● **CONGRESSO** — Ao contrário dos anos anteriores, o Congresso poderá fazer poucas mudanças no Orçamento Fiscal, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada pelos próprios parlamentares. Assessores da área econômica já antecipam a disputa pelos parlamentares com relação aos recursos destinados para investimentos. A preços de maio, eles atingem apenas NCZ\$ 1,7 bilhão, 22% do total previsto em 1989.